

## Seguro no Campo

# Instrumento indispensável para a sustentabilidade da atividade agrícola

Coordenação Editorial  
João Carlos Labruna

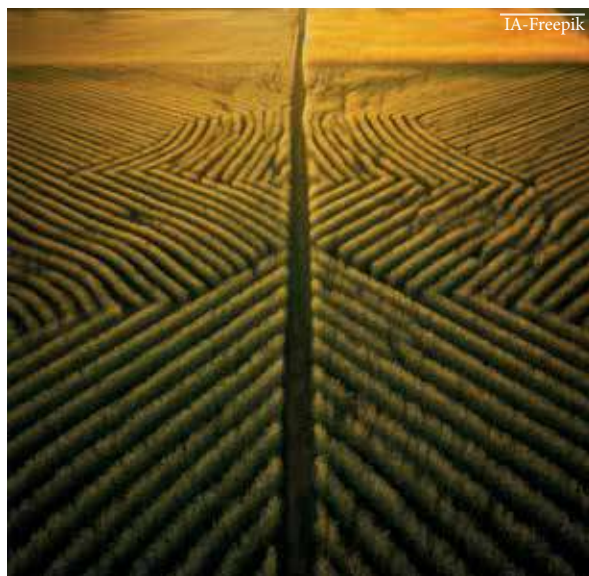
Um cenário cada vez mais complexo, impulsionado por mudanças climáticas e instabilidade econômica. Os riscos enfrentados no meio rural não se limitam à lavoura. Incêndios, vendavais, enchentes, roubos e acidentes podem comprometer estruturas físicas, equipamentos e a segurança financeira das famílias.

É fundamental enxergar o Seguro Rural como um instrumento de proteção integral, que vai da vida do agricultor/pecuarista aos bens que sustentam sua produção. Esse olhar completo é o que permite mais estabilidade e segurança, tendo o corretor como peça fundamental, na busca de produtos, serviços e soluções.

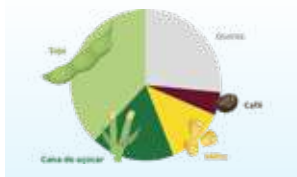
Segundo o IBGE, o setor agropecuário foi o principal motor do PIB brasileiro no primeiro trimestre de 2025. O agronegócio brasileiro projeta um crescimento de 9,1% em 2025, com o Valor Bruto da Produção (VBP) alcançando R\$ 1,419 trilhão, segundo o Ministério da Agricultura.

Entre janeiro e abril de 2025, o setor segurador, de acordo com dados da Confederação Nacional das Seguradoras, desembolsou cerca de R\$ 2 bilhões em indenizações no âmbito do Seguro Rural, demonstrando a importância dessa proteção para mitigar perdas em lavouras atingidas por adversidades climáticas. O café, cultura de alta sensibilidade a variações de temperatura e precipitação, está entre as mais impactadas, e, por isso, entre as que mais demandam cobertura.

Glaucio Toyama, presidente da Comissão de



Seguro Rural da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg), acredita que, a proteção de riscos climáticos, através de seguros, proporciona mais tranquilidade para o sistema, e os agricultores podem investir em tecnologia, insumos, infraestrutura e práticas agrícolas resilientes, elevando a produtividade e reduzindo riscos. “A cadeia produtiva agroindustrial envolve todos os segmentos ligados ao agronegócio: desde o plantio e manejo agrícola até a indústria de processamento, armazenagem, transporte e comercialização dos produtos. A iniciativa cria um ambiente mais atraente e seguro para investidores, acionando um ciclo virtuoso: mais crédito leva a mais investimentos, que aumentam o valor agregado dos produtos e geram novos negócios”.



## Seguro no Campo

### Seguro Rural e tecnologia, alicerces do agro do futuro

A quantidade de pedidos de recuperação judicial no agro praticamente explodiu em 2024. Foram quase 1.300 solicitações no ano, mais que o dobro do registrado em 2023. O dado expõe uma realidade incômoda: a vulnerabilidade financeira do setor segue alta, e a urgência por proteção estratégica nunca foi tão clara. Entre as principais saídas, o Seguro Rural se consolida como ferramenta essencial para mitigar riscos e evitar prejuízos que podem comprometer toda uma operação.

Apesar de o Seguro Rural ter sido criado, por lei, em 2003, sua adesão ainda é baixa. Apenas cerca de 10% da área agrícola brasileira é segurada, em contraste com uma fatia de 80% nos Estados Unidos. A ferramenta é essencial para proteger o produtor, o sistema financeiro, a cadeia de insumos e as finanças públicas. Globalmente, movimentos como o “tarifaço”, nos Estados Unidos, também aumentam as oscilações nos preços das commodities, encarecendo insumos essenciais para as operações no campo.

“É claro – diz Sergio Rocha, CEO da Agrottools, que trabalha com soluções para o agronegócio -, não podemos esquecer das mudanças climáticas. Uma das pautas mais importantes em todo o mundo na atualidade, esses eventos extremos promovem várias imprevisibilidades para o agro, não apenas travando entregas, mas também prejudicando a cadeia produtiva como um todo do dia para a noite”.

Segundo ele, as enchentes que impactaram o Rio Grande do Sul em 2024 são

exemplos disso. “Não à toa, o Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural alterou a distribuição do orçamento de mais de R\$ 1 bilhão do PSR (Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural), disponibilizando R\$ 210 milhões para auxiliar os produtores do Estado, segundo o Mapa (Ministério da Agricultura e Pecuária)”, disse, acrescentando: “O alto custo é um obstáculo, agravado pela falta de subsídios suficientes do governo para o prêmio do seguro. Por isso, iniciativas como o Projeto de Lei 2951/2024, que busca estruturar um fundo de catástrofe, são vistas como um avanço importante para o futuro do agronegócio brasileiro”.

Rocha enfatiza: “Isso reforça que o Seguro Rural é um mecanismo essencial de proteção para cobrir perdas. Só esse fator já traria mais previsibilidade de receita para as empresas, uma vez que a continuidade das operações estaria garantida. No

entanto, a estabilidade na produção e no abastecimento é fortalecida por outras diversas vantagens, que ajudam as empresas a planejar uma jornada de crescimento sem surpresas negativas”.

É o caso da facilidade de obtenção de crédito, por exemplo. “Instituições financeiras enxergam com bons olhos os recursos que asseguram a confiabilidade das atividades dos produtores, confiando que os recursos disponibilizados trarão um bom retorno. Ou ainda podemos citar o próprio fortalecimento da cadeia de suprimentos, uma vez que reduz o risco de calote a fornecedores”, ressalta.



Arquivo SB

## Seguro no Campo

### Por que a adesão ao Seguro Rural ainda é baixa no Brasil? E a tecnologia como resposta



Apesar das suas inúmeras vantagens, o Seguro Rural ainda não foi abraçado como poderia no território brasileiro. O principal motivo disso é a assimetria de informações. Instituições financeiras têm dificuldades em obter dados básicos e atualizados sobre as propriedades rurais, como tipo de cultura, datas de plantio e aderência ao ZARC (Zoneamento Agrícola de Risco Climático). Isso sem entrar no mérito de outros agravantes, como as grandes distâncias físicas entre centros financeiros e áreas rurais, que impõe custos elevados e baixa capilaridade. Ou até mesmo a própria ineficiência da regulação de sinistros, que exige presença em campo e processos manuais.

Hoje, já existem soluções digitais que podem sanar as dores dos seguros rurais tradicionais, conectando todos os elos da cadeia em uma plataforma integrada e com base em informações confiáveis, automatizadas e auditáveis. Basicamente, isso funciona como uma lente permanente sobre o campo, mostrando em poucos cliques os caminhos para trazer mais eficiência à operação.

A subscrição, por exemplo, passa a ser muito mais segura e personalizada com a tecnologia. Além disso, dados georreferenciados são capazes de avaliar riscos com maior precisão, permitindo a liberação de apólices com base em critérios técnicos.

Já o monitoramento remoto e contínuo por satélite ajuda a prever adversidades — como tempestades e secas —, de forma que o produtor possa atuar preventivamente. Nesse sentido, o acesso a imagens e informações históricas de uma determinada região também promove controle automatizado e à distância de sinistros, apoiando e facilitando o trabalho dos peritos.

A própria contratação do seguro também passa a ser menos burocrática, uma vez que

a digitalização acelera o processo e reduz a dependência de visitas *in loco*, inclusive com facilidades para liberação de subvenções.

Segundo levantamento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) realizado em 2020, mais de 65% dos agricultores familiares demonstraram interesse em apps para gestão e diagnóstico de lavouras. As maiores apostas envolvem detecção de deficiências nutricionais (35%), doenças (33%), pragas (32%) e também o mapeamento do uso do solo (21%).

**Agricultura familiar** - O Anuário Estatístico da Agricultura Familiar 2024, elaborado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), aponta que a agricultura familiar responde por 67% das ocupações no campo, 23% do valor bruto da produção agropecuária nacional e representa uma das maiores diversidades produtivas do planeta. A agricultura familiar está fortemente concentrada em pequenas propriedades, especialmente abaixo de 50 hectares (ha), sendo que 53% da área está em sítios com menos de 10 ha e 35% entre 10 e 50 ha.

Em pequenas propriedades, muitas com menos de 10 hectares, onde o trator ainda é raro, tecnologias digitais surgem como alternativa viável para aumentar a produtividade, otimizar recursos e garantir sustentabilidade no campo. Essa transformação é urgente: segundo o Censo Agropecuário de 2017, apenas 14,5% dos estabelecimentos da agricultura familiar possuem algum tipo de trator. No Nordeste, esse número cai para 2,3%.

Tendo em vista a mecanização limitada, o Plano Nova Indústria Brasil, lançado em 2024, traçou uma meta ambiciosa: atingir 70% de mecanização na agricultura familiar até 2033.

## Seguro no Campo

# Seguros e agronegócio entre os setores mais ameaçados pela crise climática

As mudanças climáticas já não são apenas uma preocupação científica ou ambiental: seus efeitos estão remodelando setores inteiros da economia. Quem faz o alerta é o físico e professor da Universidade de São Paulo (USP), Paulo Artaxo.

Segundo ele, diferentes áreas serão afetadas de forma desigual, mas algumas estão sob risco mais imediato. “O setor de seguros é um dos mais vulneráveis às mudanças climáticas”, afirmou.

O impacto, contudo, vai muito além. Artaxo ressaltou que o planeta já se aqueceu 1,55°C em média, mas como 75% da superfície terrestre é coberta por oceanos, os continentes, onde vivem as populações e se concentram as atividades econômicas, já ultrapassaram 2,2°C de aumento.

A crise climática ameaça a produção de alimentos. O Fórum Econômico Mundial já apontou que, em um planeta 3°C mais quente, a produtividade agrícola cairá nas regiões tropicais, incluindo o Brasil, cuja economia é fortemente baseada no agronegócio. A redução das chuvas no Brasil central e no Nordeste, além da elevação do nível do mar, que pode chegar a 1,5 me-

tro até 2100, tendem a pressionar ainda mais a segurança alimentar. Para o especialista, essa situação levanta uma questão crucial: “Um Brasil baseado no agronegócio pode não ser um país tão viável já nas próximas décadas”.

### • A saída possível

Artaxo foi categórico ao afirmar que os compromissos de neutralidade de carbono até 2040, 2050 ou 2060 não são realistas no atual ritmo de emissões. Ele lembrou que a produção de alimentos sozinha responde por 25% dos gases de efeito estufa, e que a perda de biodiversidade e os impactos socioeconômicos tornarão ainda mais difícil atingir o “net-zero”.

Diante do cenário, deixou uma reflexão: “A gente vai sair dessa? E a resposta é sim. Nós vamos sair dessa. Mas será preciso construir uma sociedade baseada nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, disse. Para ele, a mudança climática deve ser vista como parte de uma transição da humanidade para um mundo mais sustentável.

Artaxo lembrou a importância da próxima Conferência do Clima, a COP30, em Belém, que deve ser “a COP da virada”. Segundo ele, será necessário reduzir emissões tanto de combustíveis fósseis quanto do desmatamento, estruturar mecanismos de financiamento climático para países em desenvolvimento, investir em adaptação e reforçar o multilateralismo.



## Seguro no Campo

# Novas regras prometem ampliar acesso ao Seguro Rural

Produtores rurais de soja, milho e trigo contam, desde 1º de setembro, com regras padronizadas e mais claras para contratar seguros com subvenção econômica do Governo Federal. A novidade chega com a Resolução Susep nº 55/2025, publicada no Diário Oficial da União em 20 de agosto, que define condições contratuais de referência para os planos de Seguro Rural. O objetivo é trazer mais transparência e previsibilidade para o setor, além de reduzir custos e agilizar a concessão do benefício.

A Superintendência de Seguros Privados (Susep) elaborou o normativo como parte de seu Plano de Regulação. A medida busca aprimorar a forma como os recursos públicos são aplicados no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). Entre os ganhos esperados estão: simplificação do processo de análise dos produtos, maior clareza para o produtor na contratação das apólices, redução do custo regulatório para o mercado e aumento da qualidade dos contratos, especialmente no que diz respeito a coberturas, prazos e regras de indenização.

**Confiança** - De acordo com a diretora da Susep, Jessica Bastos, a padronização das cláusulas contratuais é um passo importante para diminuir a assimetria de informações entre se-

***A expectativa é o fortalecimento da confiança dos agricultores no seguro rural e, com o tempo, incentive a maior adesão ao programa. Isso é fundamental para garantir a resiliência do agronegócio diante dos riscos crescentes relacionados a eventos climáticos extremos***

guradoras e produtores. A expectativa é de que isso fortaleça a confiança dos agricultores no Seguro Rural e, com o tempo, incentive a maior adesão ao programa. Isso é fundamental para garantir a resiliência do agronegócio diante dos riscos crescentes relacionados a eventos climáticos extremos.

O processo de construção do normativo contou com debates amplos e participação de diferentes setores. A proposta foi discutida no Grupo de Trabalho “Seguros e Transformação Ecológica”, em 2024, e também com representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e

## Seguro no Campo

Abastecimento (Mapa), responsável pela coordenação do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR). Além disso, passou por consulta pública, recebendo contribuições da sociedade civil e de especialistas.

Vale destacar que este é o primeiro normativo da Susep aprovado em alinhamento com a Lei 15.040/2024, que entrará em vigor em dezembro de 2025. A atualização representa não apenas um avanço regulatório, mas também um marco na adequação das regras do setor às novas exigências legais.

**Urgência** - Além da publicação da resolução, a Susep reforçou a urgência de ampliar o acesso ao seguro no Brasil como estratégia de enfrentamento às mudanças climáticas. O tema foi debatido em audiência pública na Câmara dos Deputados, com a participação de representantes do governo, do mercado de seguros e de órgãos técnicos.

Durante sua intervenção, o superintendente da Susep, Alessandro Octaviani, destacou que a crise climática im-

põe desafios inéditos que só poderão ser superados com a combinação de esforços públicos e privados.

Octaviani ressaltou que o setor de seguros pode contribuir em dois eixos principais: a provisão de riscos e o investimento institucional. Como exemplo, citou o Seguro Rural, lembrando que apenas 7% das terras agricultáveis brasileiras contam com cobertura atualmente. “Imagine o tamanho da resiliência que poderemos alcançar quando essa penetração for maior”, afirmou. 🌱



Arquivo SB

## Seguro no Campo

# Ações e produtos para apoiar o produtor rural

**Planejamento sucessório rural** - Mais de 15 milhões de pessoas trabalham diretamente no esquema de agricultura familiar, segundo o último Censo Agropecuário do IBGE, de 2017. A continuidade e o sucesso dos negócios que atravessam gerações no campo ainda é um desafio. Um estudo recente do Banco Mundial revelou que apenas 30% das empresas familiares conseguem chegar à terceira geração, e uma parcela ainda menor sobrevive à sucessão de três gerações.

Diante desse cenário, o seguro de vida, com ampla atuação dos corretores de seguros, pode ser uma ferramenta estratégica para garantir a continuidade das operações da fazenda e, consequentemente, a manutenção da renda da família quando o proprietário vier a faltar. “Por ter liquidez imediata, o produto fornece recursos para a transição da gestão para os herdeiros, a fim de garantir uma mudança mais suave e segura entre gerações”, explica Alessandro Malavazi, superintendente sênior da Bradesco Vida e Previdência.

Já na área prestamista, entre inúmeros outros, há no mercado o produto Proteção Financeira Crédito Agro. Voltado aos produtores rurais, garante indenização para quitação de empréstimos contratados por meio da linha de Cédula de Produto Rural (CPR) em caso de morte ou invalidez permanente total por acidente do segurado.

**Penhor rural** - Segundo dados da Susep, o segmento Equipamentos-Penhor Rural teve um faturamento de cerca de R\$ 1,5 bilhão, no primeiro trimestre de 2025. Exemplos de alguns sinistros cobertos pelo seguro estão: incêndio em colheitadeiras, roubo de trator, danos por colisão em obstáculos no solo, danos causados por vendaval em sistema de irrigação.

Lançado pelo governo federal, o Novo Plano Safra 2025/2026 vai disponibilizar R\$ 516 bilhões em crédito rural para impulsionar produtores focando em tecnologia, inovação e sustentabilidade. Com recursos também destinados ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Para Luiz Filipe Nunes, gerente de Penhor Rural e Benfeitorias da Essor, o cenário é bastante desafiador devido a alta taxa de juros. “Com a manutenção da taxa Selic em patamares elevados, o crédito rural está se tornando mais caro para a maioria dos pequenos e médios agricultores. Mas algumas instituições financeiras estão buscando alternativas mais flexíveis, como as Cédulas de Produto Rural (CPRs) e linhas de crédito dolarizadas, para tentar mitigar o impacto dos juros altos. O produtor rural ainda tem sob análise o benefício fiscal gerado pelo ICMS como moeda de troca do seu equipamento”, esclarece.

**Vegetação Nativa** - O Seguro Floresta de Preservação, da BB Seguros, voltado a áreas de reserva legal e de preservação permanente (APPs), também parece como alternativa de proteção no setor. O produto garante indenização caso haja perda dessas áreas exclusivamente por incêndios, contribuindo para o apoio da recomposição da vegetação nativa.

**Safra de Cana** - Recentemente foi anunciado pela Rodobens o Seguro de Transporte de Cana, uma solução desenvolvida para proteger a safra durante seu transporte. O produto conta com uma apólice customizável que inclui coberturas para colisão, tombamento, incêndio, roubo e outros acidentes de causa externa, garantindo a segurança da carga da origem ao destino. 🌾

